



Caderno
OLHARES
DOCENTES

ISSN 1983-2354

Suplemento

Ano XIII - n. 37, fev. 2020

EIXO GEOGRAFIAS

NEGRAS

Textos complementares

Reflexões para a luta antirracista

Quissamã
2021

SUPLEMENTO

Cadernos Olhares Docentes

Eixo Geografias Negras

Indexadores:





Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeafricanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes

Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeafricanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes



Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeaficanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes

REVISTA ÁFRICA E AFRICANIDADES

- DIRETORA GERAL E EDITORA CHEFE

Nágila Oliveira dos Santos

- DIRETOR EXECUTIVO

André Luiz dos Santos Silva

SUPLEMENTO CADERNOS OLHARES DOCENTES

ESPECIAL GEOGRAFIAS NEGRAS

ORGANIZAÇÃO

Rosemberg Ferracini

EQUIPE DE REVISÃO DE NORMAS E REFERÊNCIAS

André Luiz dos Santos Silva

REVISÃO ORTOGRÁFICA/ GRAMATICAL

Gutiele Gonçalves dos Santos

Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeaficanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes

APRESENTAÇÃO

Antônio Carlos Malachias¹
Jonathan da Silva Marcelino²

É fato público e notório que o debate acerca das relações étnico-raciais bem como a inserção dos estudos sobre o continente africano, cresceu significativamente nos últimos anos e atualmente se constituem como um importante marcador nos diversos ramos do conhecimento científico e do pensamento social no Brasil. Os trabalhos apresentados nesta edição têm como pretensão ser uma contribuição nessa direção, especialmente ao que concerne as implicações da Geografia nesse debate.

A presente publicação compreende um esforço intelectual notável empreendido pelo professor Rosemberg Ferracini juntamente com seus orientandos da pós-graduação da UFT. Os textos aqui selecionados apresentam de forma didática algumas possibilidades de construção de uma agenda de pesquisa e trabalho a partir da articulação entre o ensino de Geografia, os estudos sobre o continente africano e a temática das relações étnico-raciais possibilitadas pela aplicação da lei federal 10.639/03³.

Um dos grandes méritos dessa edição é a iniciativa de engajar professores da educação básica na pesquisa acadêmica tendo em vista que existe uma relação indissociável entre pesquisa e ensino que precisa ser preservada. Outro aspecto importante é que a formação do professor é um processo contínuo, que se dá a partir do cotidiano escolar. Nesse bojo, os pesquisadores reunidos nessa publicação possibilitam a desmistificação da representação equivocada do “pesquisador tradicional” e ajudam a abolir completamente as relações hierárquicas entre professores e pesquisadores.

O primeiro artigo deste Caderno, intitulado “Alfabetização cartográfica: Uma proposta no Ensino de Geografia da África” empreende um esforço para demonstrar a importância da alfabetização cartográfica como prática docente de Geografia no Ensino Fundamental. Particularmente, sugere uma reeducação do conhecimento comumente difundido sobre o continente africano.

¹ Geógrafo, Mestre e Doutorando em Geografia Humana pela USP e membro do corpo Editorial da Revista África & Africanidades, prof.jonathan@uol.com.br

² Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela USP. Professor do Ensino Fundamental II & Médio da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e membro do corpo Editorial da Revista África & Africanidades, billymalach@gmail.com

³ A promulgação da Lei federal 10.639, em 2003 foi aprovada em um contexto de disputas políticas entorno das relações raciais no Brasil, torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira em todo currículo escolar e busca promover valores antirracistas e construir uma educação para a igualdade racial.

O segundo artigo, “Educação, Território e Identidade: desafios de uma construção coletiva na comunidade quilombola no Distrito do Forte” traz uma descrição bastante detalhada e rica sobre a comunidade quilombola do Distrito do Forte. O texto nos remete a fase monográfica das ciências humanas marcada pela riqueza descritiva pormenorizada da geografia local.

O terceiro texto, “Atuação Feminina Na Luta Pela Permanência Do Quilombo Poço Dantas” destaca a centralidade e o protagonismo feminino destacando a mulher negra na formação da comunidade quilombola. O trabalho sinaliza que para além das atuações políticas as mulheres são guardiãs dos saberes e tradições de grupo.

Temos também a publicação intitulada “Simbólico Sagrado” Da Exposição Às Relações Étnico-Raciais” que reflete sobre as dimensões do sagrado e busca realizar um percurso entre o simbólico sagrado com a concretude das relações étnico-raciais.

A pesquisa “A Atuação do Coletivo Feminista Negro- Ajunta Preta nas Instituições de ensino de Palmas, baseada na Lei 10.639” trata da mobilização do movimento nacional rumo à Marcha Nacional de Mulheres no ano de 2014, quando centenas de mulheres negras se organizaram em grupos e coletivos feministas.

Já o trabalho intitulado “Patrimonialização Do Centro Histórico De Porto Nacional – To: Relações De Poder” trata sobre as relações de poder do processo de Patrimonialização do Centro Histórico de Porto Nacional -TO.

O artigo "Consciência Negra na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO” traz o relato de um docente que desenvolveu com êxito um projeto escolar de cunho interdisciplinar que tinha como objetivo produzir atividades reflexivas ao mês da consciência negra. Partindo da política pública como tema gerador, o trabalho articulou temas como ações afirmativas, demarcações de terras quilombolas, acesso e permanência nas universidades e, outros temas relacionados a juventude negra, como por exemplo, a afirmação da identidade, origem e pertencimento étnico-racial.

O texto “A Dilemática Saga Do Ensino De África E Das Relações Étnico-Raciais Em Geografia” buscou contrapor de forma sucinta a legislação vigente em conflito com questões que sugerem intolerância religiosa.

Como última pesquisa, temos o trabalho intitulado “Grupo de Consciência Negra do Tocantins- GRUCONTO: Contribuição nas escolas no enfrentamento ao Racismo”. O texto apresenta a importância da parceria escola e movimentos sociais, sobretudo, para a ampliação dos saberes sobre as questões africanas e afro-brasileiras.

Por fim, podemos afirmar que essa edição ganha contornos de grande importância e impacto social considerando que ela traz olhares e práticas sobre a educação antirracista que ajudam a romper o silenciamento das questões relativas ao debate das relações étnico-raciais, bem como dos estudos



Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeafricanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes

africanos que durante muito tempo foram considerados como temáticas improcedentes no âmbito da ciência geográfica.

Revista África e Africanidades, Ano XIII – n. 37, fev. 2021 – ISSN: 1983-2354
<http://www.africaeafricanidades.com.br>
Caderno Olhares Docentes

OLHARES DOCENTES

INTRODUÇÃO

Rosemberg Ferracini⁴

Para Dona Rose, minha mãe Rosemary

O conjunto de textos trazido a público é um resumo dos trabalhos apresentados na disciplina de pós-graduação “Ensino de Geografia Regional da África e Educação para Relações Étnico-Raciais” ministrado na Universidade Federal do Tocantins – UFT- Porto Nacional, no 2º semestre de 2020. O curso teve como base de reflexão as diferentes perspectivas na geopolítica afrocentrada para pensar o território e população, nos debates regionais e paisagens africanas. A metodologia utilizada foi com leitura, debates e a problematização de autores africanos e africanistas, via a interpretação de textos, mapas, tabelas, gráficos e imagens tendo como base a descolonização epistemológica. Assim, analisar o referencial teórico e fortalecer novas pesquisas a respeito da África foram os objetivos das aulas.

Nesse intento, superar os obstáculos epistemológicos raciais e propor novos referenciais teóricos e metodológicos esteve no foco central do curso. A referida atividade trabalhou com diferentes abordagens que fizessem referências à descolonização epistemológica fundamentada nos estudos africanos.

Além do mais, as aulas tiveram como objetivo formar novos protagonistas na pedagogia escolar e acadêmica a respeito da África, questionando a disputa por espaço, a conquista de novos discursos que não fossem os colonizadores, a construção das diferentes paisagens e ordenamento territorial do que foi, e pode ser, o continente africano e sua população. Assim, como linha de pesquisa e raciocínio, dando continuidade as leituras críticas às considerações de MUNANGA (1988).

Os textos que se seguem tem como proposta potencializar a capacitação de professores nos diferentes níveis par abordagem da África no processo de ensino. Por isso, é preciso o comprometimento com o exercício da leitura, o seguimento da escrita e a prática oralidade na luta decolonial. Foram diversos os trabalhos apresentados, aqui trago algumas escrevivências de sala de aula, de luta na desconstrução ao racismo para que possamos ensinar, aprender novas relações de aprendizagem a respeito do continente africano e sua relação aos estudos étnico-raciais no Brasil.

⁴ Professor da graduação e Pós-Graduação em Geografia UFT/Porto Nacional, membro do corpo Editorial da Revista África & Africanidades, Porto Nacional, Tocantins, rosemberggeo@uft.edu.br

Acredito que o trabalho do professor na sala de aula, em seus textos e nas atividades de extensão que desenvolve no campo do ensino e pesquisa é também lutar contra a perpetuação dessas mentalidades colonialistas que insistem em permanecer nas entrelinhas. Não estou aqui fazendo uma negação dialética da história. Como também entendo que o meu posicionamento significa estar envolvido com os interesses próprios do ensino geográfico. Da mesma forma, não partilho da opinião daqueles que creem que a mudança no ensino da África não depende, conseqüente e exclusivamente, da escola, das secretarias de educação, dos currículos ou do material escolar, mas de uma construção política ampla, de uma luta antirracista. Tais construções passam pela Universidade, formação dos professores, alunos e, conseqüentemente, pelo tema da África na Geografia. Como também fazem parte de uma geografia da ação cotidiana. Nesse sentido, os relatos apresentados podem contribuir para diferentes variáveis que tratam desse continente e de nós mesmos.

ALGUMAS REFERÊNCIAS TRABALHADAS EM AULA

ANJOS, Rafael Sanzio A. A Geografia, a África e os Negros Brasileiros. In: MUNANGA, K. (org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC – Ministério da Educação. 2005, v. 1, p. 173-184.

ASANTE, Molefe. **Ensaio Filosófico**. Volume XIV, dezembro, 2016.

MARCELINO, Jonathan da Silva. Geografia, Movimento Negro & Relações Étnico-Raciais: Um diálogo necessário. Tese (Doutorado) USP. SP, 2019.

MALACHIAS, Antônio Carlos. Geografia e Relações Raciais: desigualdades Socioespaciais em Preto e Branco. Dissertação de mestrado, SP, USP, 2006.

MAZRUI Ali A. e WONDJI Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações**. Tomo II (Do século XIX aos nossos dias). Trad. Manuel Resende, revisão: Daniela Moreau, Valdemir Zamparoni e Bruno Pessoti. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, 754 p

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Editora Ática, 1988, p. 88.

FERRACINI, Rosemberg. **A Velha Roup Colorida: Brasil e África na Geografia Escolar**. Geografia, Ensino e Pesquisa. vol. 22, 2018, pp.01-09.

OLHARES DOCENTES

ALFABETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA: UMA PROPOSTA NO ENSINO DE GEOGRAFIA DA ÁFRICA

Matheus Henrique Pereira da Silva⁵

Levando em conta a importância do processo de alfabetização cartográfica, na prática docente do Ensino Fundamental na Geografia escolar, no que se diz respeito ao continente africano, torna-se indispensável o uso da linguagem cartográfica no intuito de favorecer o processo de ensino e aprendizagem, destaca-se como relevância a inserção de atividades cartográficas nos conteúdos de África nas aulas de Geografia, que auxiliam no entendimento do espaço geográfico a partir de metodologias constituídas de bases que vão de encontro com a realidade do aluno.

A alfabetização cartográfica está presente nas aulas de Geografia desde a educação infantil, sabendo que há uma necessidade de trabalhar com as variadas formas de linguagens cartográficas, pode-se dizer que o mapa é uma ferramenta que contribui para o entendimento do espaço e território africano.

A base teórica da disciplina *Ensino De Geografia Regional Da África E Educação Para Relações Étnico-Raciais*⁶ criou uma série de indagações, daí se questiona como que os mapas da África estão sendo trabalhados nas aulas de Geografia? Os professores utilizam esse recurso na sala de aula? Como é a aquisição do conhecimento dos alunos ao trabalhar com os mapas dos reinos e impérios africanos? Como é a apropriação da linguagem cartográfica pelos alunos no Ensino de Geografia da África? Os mapas da África podem contribuir na luta antirracista a respeito de um outro olhar a respeito da África?

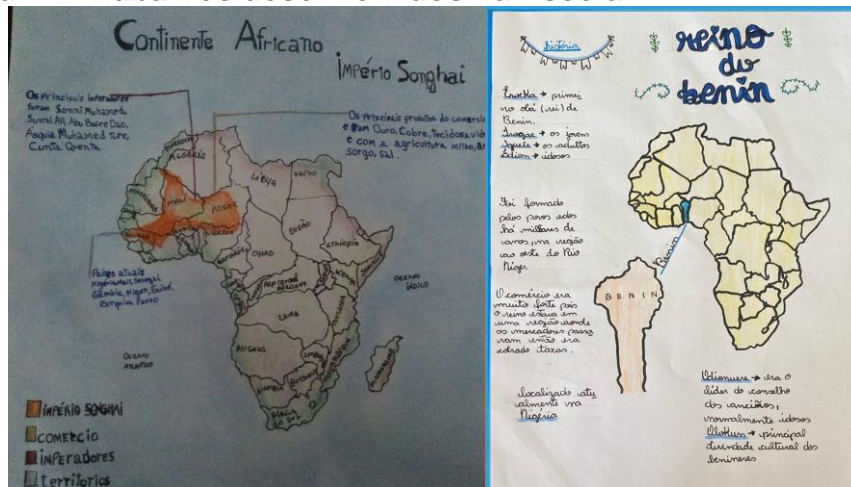
Criar um debate no interesse em mostrar os aspectos que envolvem o espaço geográfico africano, isso impõe a constância na atualização de leituras e bom preparo do docente para conseguir operacionalizar em sala de aula o ensino do entendimento cartográfico.

Participaram da proposta os alunos do 6º e 7º ano do Instituto Líber de Porangatu-GO, devido a pandemia do COVID-19 todas as atividades foram realizadas de forma virtual, para ministrar as aulas o professor-pesquisador utilizou livro didático digital, plataforma ZOOM, WhatsApp, Instagram e FaceBook, ambas as turmas foram trabalhadas com os reinos e impérios africanos, sendo no 6º ano: Gana, Povos Berberes, Cartago, Reino Egípcio, Kush e Axum. Para a turma do 7º ano: Império Songhai, Império do Mali, Iorubás, Reino do Benin, Reino do Congo e Reino do Zimbábue.

⁵ Professor de Geografia do Ensino Médio e Fundamental. matheushenrique05@live.com

⁶ Ministrada por Rosemberg Ferracini no segundo semestre de 2020, na Universidade Federal do Tocantins.

Figura 1 - Trabalhos desenvolvidos na Escola



Com base nos aspectos referentes ao desenvolvimento da alfabetização cartográfica da África, destaca como resultado a relação teoria e prática que foi desenvolvida por este professor-pesquisador, compreende-se que é uma proposta curricular no qual é importante mencionar a relação entre a escola e universidade, ambas contribuem para formação docente em geografia e história do continente africano, reforçando a importância da aplicabilidade da lei 10.639/03.

No que se diz respeito aos alunos da escola, cabe salientar que houve uma interação nas aulas, além de oportunizar os alunos a compreender a realidade do continente africano. No quesito ensino aprendizagem, os alunos conseguiram atingir os objetivos propostos, que visam em apresentar possibilidades de ensino que favoreça o processo de alfabetização cartográfica da África.

Portanto, cabe aos professores utilizarem esse recurso como forma de contribuir no processo de luta antirracista e não trabalhar o mapa pelo mapa. As informações apresentadas devem ser analisadas pelos próprios alunos, para que possam tornar capazes de decodificar informações que são relevantes no processo de alfabetização da África enquanto um continente.

OLHARES DOCENTES

EDUCAÇÃO, TERRITÓRIO E IDENTIDADE: DESAFIOS DE UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA NO DISTRITO DO FORTE.

Deyvison Bispo de Oliveira Santos⁷

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um relato de pesquisa desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Fundamental do Distrito do Forte, localizada no município de São João D'Aliança/GO. Na região geográfica conhecida como Vale do Paranã, próximo à chapada dos Veadeiros no nordeste goiano. A referida escola está inserida em uma comunidade quilombola que carrega em sua história e identidade aspectos de resistência e luta pelo ato de existir. A comunidade quilombola da vila do Forte foi reconhecida em 2008.

A comunidade quilombola do Forte está situada no município de São João d'Aliança/GO em um espaço geográfico conhecido como Vale do Paranã, na região nordeste do estado de Goiás. Região conhecida por muito tempo, pela sua pobreza e ausência de políticas públicas. Todavia esse território abriga uma riqueza natural extensa e resistente, além de um povo batalhador que desenvolveu uma conexão transcendental com a natureza e seus ciclos. Apesar disso essa fortaleza de saberes, tradições e recursos naturais estão frequentemente ameaçadas pelos diversos empreendimentos agropecuários e comerciais que estão ocupando a região.

A ESCOLA

É possível observar que a escola como instituição de ensino e consequentemente de transformações coletivas e plurais, desempenha um papel intenso e significativo dentro da comunidade quilombola do Forte. O referido estabelecimento de ensino tornou-se um espaço de encontros e reuniões da comunidade, com diversas autoridades, além de encontros religiosos, sociais e de saúde. Potencializando assim as suas funções ao transforma-se em um espaço de acolhimento e voz para as mais diversas manifestações e reivindicações da comunidade. Entre elas a luta pela certificação do território quilombola e sua manutenção enquanto lugar de memória e saberes.

Existe na comunidade uma escola de educação básica, que atende alunos desde o pré-escolar até o 9º ano, alunos oriundos da mencionada

⁷ Pedagogo, Professor na Escola Municipal Professora Fany de Oliveira Macedo, Porto Nacional, Tocantins.

comunidade quilombola, assim como educandos vindos de projetos de reassentamentos da reforma agrária. Criando assim um grupo peculiar de educandos que lidam diariamente com a terra e os saberes camponeses e quilombolas.

Com isso a pesquisa surge no chão da escola como uma proposta de investigação e “intervenção”, tornando-se uma ação que busca em seus objetivos, compreender os conceitos de Identidade, Território e Educação e suas aplicações práticas nesta comunidade quilombola específica.

Como questionamento inicial, temos a seguinte interrogação: Quais as contribuições de uma escola no campo para uma construção coletiva de uma identidade quilombola e o fortalecimento de seu território? Partindo dessa indagação, buscamos compreender a função social da escola de forma integral e social, e com essa postura partiremos pra outros conceitos na busca por respostas efetivas para nosso tema.

Todavia o cumprimento da legislação está limitado por burocracias institucionais, onde o currículo da rede municipal está obsoleto sendo um só para escolas rurais, urbanas e quilombolas. Este fato limita as possibilidades pedagógicas de discursões e provocações, sobre temáticas que envolvem a história e cultura africana e os saberes e tradições próprios das comunidades quilombolas. Cabendo ao professor a possibilidade de ser um “transgressor” do sistema local ao aplicar a Legislação Federal em suas atividades docente.

Apresentamos esses dados de forma parcial, devido à pesquisa ainda está em andamento além da pandemia da covid-19 que impôs um retardo no cronograma de atividades.

Figura 1 - Escola



OLHARES DOCENTES

A ATUAÇÃO FEMININA NA LUTA PELA PERMANÊNCIA DO QUILOMBO POÇO DANTAS

Helem Nilma Rodrigues Valadares e Maria Lívia Rodrigues Valadares⁸

A escolha do tema e da comunidade estão ligados a motivações políticas e pessoais; como mulheres, negras, quilombolas, filhas de lavradores que vivenciaram durante toda a vida as marcas das desigualdades que separam brancos e pretos no Brasil, a presente pesquisa foi fundamental no sentido de discutir e valorizar a contribuição feminina na permanência e resistência da Comunidade Quilombola Poço Dantas.

A comunidade Quilombola Poço Dantas, que se encontra localizado na cidade de Almas– TO, sendo uma comunidade rural localizada no Sudeste do Estado, conta com Dona Antônia como a principal liderança feminina quilombola e Vó Chiquinha matriarca com 90 anos. Assim, buscou-se refletir sobre as protagonistas desse quilombo e os papéis por elas desempenhados no âmbito organizacional no viés cultural, religioso, festivo, da juventude quilombola, dentre outros no que tange à luta pelo território e pela preservação de seus saberes e tradições.

No que se refere ao viés cultural e religioso, a comunidade contava com os festejos de Santos Reis, festa tradicional secular que teve forte impacto com a morte da Matriarca a Senhora Constança. Após a morte da matriarca, ainda houve a tentativa de manutenção dos festejos que contava com a seguinte logística: 1º de janeiro saída das folias para o giro nas fazendas circunvizinhas até o dia 5 de janeiro. O giro das folias contava com a participação do Alferes da Bandeira que era a figura chave do giro, pois era o condutor do mastro da bandeira e o receptor das esmolas doadas pelos moradores. O mastro da bandeira utilizado no giro era previamente confeccionado em tecido de cor azul claro ou amarelo com a imagem dos três Reis Magos e batizado em uma igreja católica.

Além do Alferes, havia também a participação dos foliões que eram os responsáveis pelos cânticos, rodas e catiras e utilizavam os seguintes instrumentos: viola e pandeiro. Vale destacar que não se utilizava a caixa no giro de Santos Reis, pois a chegada às residências ocorria de maneira silenciosa para que os moradores acordassem ao som da viola e dos pandeiros.

⁸ Pedagogas, Professoras na Educação Básica na Escola Estadual Deoclides Muniz e no Instituto Federal do Tocantins/ Campus Dianópolis.

Além do Alferes e dos foliões, havia também a presença dos arrieiros que são responsáveis pelo transporte dos alimentos e do cuidado com os animais utilizados durante o giro. No dia 06 de janeiro, as folias finalizavam o giro e ocorria o encontro das folias, a reza do terço de Santos Reis e a tradicional derrubada do mastro na residência da Senhora Constância. Durante o giro das folias, os moradores recebiam as folias em suas residências e ofereciam alimentação e local para descanso durante o dia, pois o giro ocorria sempre à noite.

Com o avanço da plantação da soja, muitos moradores foram obrigados a vender suas pequenas propriedades, pois com o pouco espaço para cultivo dos alimentos e criação de animais, como gado, porco e outros, tornou-se inviável a permanência na zona rural. Tais fatores, agregados à morte da matriarca também foram decisivos para a extinção dos festejos de Santos Reis. Vale destacar que as mulheres da comunidade tinham papéis fundamentais durante todo o processo, pois a alimentação que eram servidas no giro das folias e nos festejos, os bolos, toda a ornamentação do local eram papeis exclusivos das mulheres.

Figura 1 - Dança



O presente trabalho oportunizou a identificação do protagonismo feminino e a contribuição da mulher negra na formação da comunidade quilombola Poço Dantas, sobretudo na luta pela manutenção dos saberes e tradições. Além disso, o despertar para a importância de se efetivar um trabalho sistemático e contínuo de transmissão dos saberes e tradições aos mais novos, por meio da realização de oficinas no período das reuniões da Associação.

OLHARES DOCENTES

“SIMBÓLICO SAGRADO” DA EXPOSIÇÃO ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Judi van Ferreira⁹

E Kaabo é uma saudação de boas-vindas. A primeira vez que eu a ouvi foi dita pela Makota Valdina Pinto, na abertura do I Fórum Nacional de Performance Negra, um evento no campo das artes e da cultura. Nesse sentido, o que falo-escrevo é marcado socialmente pela minha condição de preto de pele clara (ou não-branco, se preferirem), de nordestino, de migrante, de periférico, de sexualidade e corpo dissonantes, enfim, de uma pessoa que por possuir inúmeros marcadores sociais da diferença possui identidades múltiplas e transita entre elas.

Para compô-lo, eu fiquei me perguntando de que maneira eu poderia falar sobre museu e a luta antirracista de modo que eu não fosse chover no molhado. Eis aqui a tentativa: pode o museu contribuir na luta antirracista? A pergunta é, aparentemente, simples e de “fácil” resolução, pois sabemos – enquanto profissionais de museus e cidadãos – o que fazer. Mas queremos fazê-lo? Em uma primeira tentativa de resposta é possível dizer que sim, o museu pode contribuir na luta antirracista. No entanto, apesar de serem indissociáveis, o discurso e a prática nem sempre andam juntos quando falamos em combate ao racismo.

Ante o exposto, o meu objetivo com este texto foi apresentar um par de ideias sobre como o museu pode contribuir na luta antirracista tendo como foco de análise a exposição Simbólico Sagrado – Mestre Didi e Rubem Valentim e suas possibilidades de ações educativas antirracistas. Para isso, utilizei como contornos metodológicos além do levantamento bibliográfico, os estudos (auto)biográficos. Essas ideias são aqui apresentadas numa perspectiva afrocentrada e eu me ancoro na “escrivência”, conceito cunhado por Conceição Evaristo. Tal conceito pode ser entendido como uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência, da nossa vida e do seu povo.

A exposição *Simbólico Sagrado* é um exemplo de como o museu pode contribuir na luta antirracista a partir de uma mostra. Neste caso, estamos falando do Museu Nacional da República Honestino Guimarães, localizado na

⁹ Bacharel em Comunicação Social (UFT) e em Museologia (FCS/UFG). Licenciado em Educação (IFG) com especialização em Gênero e Diversidade na Escola (UFT) e em Processos e Produtos Criativos (FaV/UFG).

capital federal, que abrigou entre os dias 19 de novembro de 2019 e 19 de janeiro de 2020 a exposição supracitada. Trata-se de uma exposição de arte contemporânea que nos possibilita estabelecer inúmeros diálogos no âmbito social, da cultura, da educação e do ensino.

A arquitetura do museu, que tem um formato circular, também foi aproveitada e amplificada semanticamente pela exposição que manteve uma expografia circular (Figura 01). O círculo ou roda é algo muito importante nas relações com o sagrado africano e afro-brasileiro tanto que nos ritos do candomblé, a dança utilizada para invocação dos orixás é chamada de xirê, uma palavra yorubana que significa roda. Tal roda compõe uma estrutura sequencial de cantigas para todos os orixás cultuados na oká (roça, casa, terreiro) iniciando em Exu (que costuma ser louvado antes do início do xirê) e finalizando em Oxalá, “ou Obatalá, também chamado de Orinxalá e Oxalufã é o criador do homem, senhor absoluto do princípio da vida, da respiração, do ar, sendo chamado de o Grande Orixá, Orixá Nlá.

Figura 1 - Expografia circular



A própria exposição, é uma ação educativa que nos possibilita discutir, questionar, indagar, exemplificar... ou seja, pensar a educação como um processo que intenta uma reflexão crítica e criativa e uma ação transformadora. A partir da exposição *Simbólico Sagrado* temos a oportunidade de estar diante tanto de artistas e suas obras (e de todas as potências que a arte deles nos possibilita) quanto de culturas que nos compõem enquanto sujeitos e agentes sociais.

OLHARES DOCENTES

A ATUAÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA NEGRO- AJUNTA PRETA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE PALMAS, BASEADA NA LEI 10.639

Dandara Maria Barbosa Silva¹⁰

Em virtude da mobilização do movimento nacional rumo à Marcha Nacional de Mulheres no ano de 2014, centenas de mulheres negras se organizaram em grupos. Exemplo é o coletivo feminista *Ajunta Preta* formado por mulheres negras, de diversas especificidades de idade, cor, formação, religião e singularidades. O coletivo foi constituído como movimento social desde o ano de 2018, tem o caráter de articular atividades culturais, cineclubes, grupo de estudos e ações sociais para a população, em especial as mulheres negras. Uma das atividades é a organização do *julho das Pretas* no estado, em comemoração à data 2 de julho- Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha.

A missão do coletivo é empoderar mulheres negras e contribuir para melhoria de suas realidades a partir da compreensão das opressões às quais estão submetidas. Segundo documentos disponibilizados pelo próprio coletivo, o propósito geral é divulgar e ampliar o feminismo negro no Estado do Tocantins.

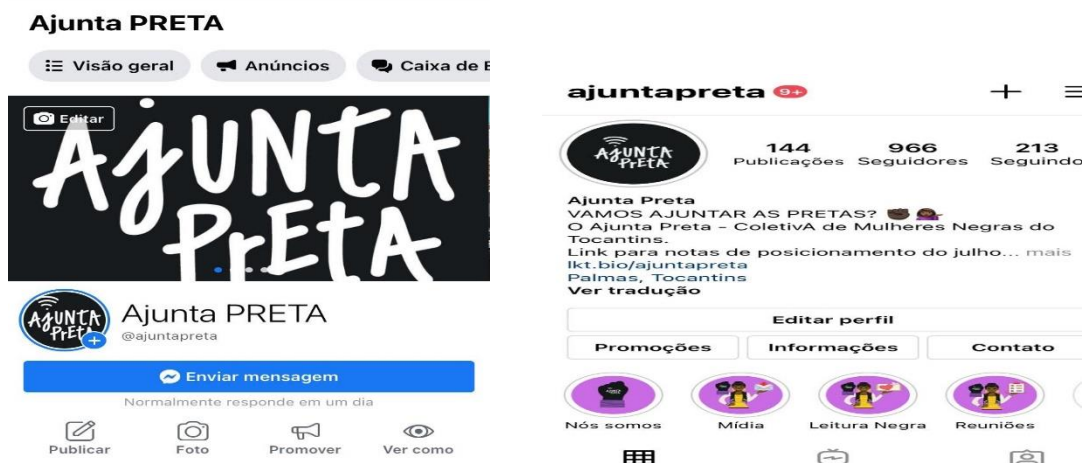
Já os objetivos específicos são: acolher mulheres negras e emponderá-las em sua condição étnico-racial; garantir a divulgação de estratégias de autocuidado e amorosidade; partilhar espaços de luta negra e feminista; promover a valorização da diversidade, de vivências, de formas de fala e expressões de nossas sonoridades; ampliar o empoderamento de mulheres negras e o processo de construção identitária, com unidade e respeito à ancestralidade. É importante salientar que o coletivo atua nas redes sociais.

Em razão da popularização e acessibilidade da internet, grupos minoritários perceberam uma possibilidade de ocuparem e usarem esses espaços como ferramenta de reivindicação e protagonismo. Atualmente, o coletivo *Ajunta Preta* está presente nas redes sociais: Facebook, Instagram e Youtube.

A ocupação das redes é chamada de ciberativismo, que se configura por dois tipos de atuações. A primeira é campanha, por meio de ações para difusão de ideias. Já a segunda, configura a mobilização em torno do debate social. De modo geral, são ações, estratégias e práticas que almejam mudança da agenda pública, paralela à inclusão de novas discussões sociais.

¹⁰ Jornalista, Ativista do movimento negro unificado Coletivo Ajunta Preta.

Imagens do Facebook e Instagram do coletivo Ajunta Preta



Acredita-se que ocupação das redes via a internet possibilita a inversão da lógica de produção centrada no emissor e dirigida a muitos (um/todos) para aquela em que todos podem se tornar emissores e serem lidos, vistos ou ouvidos.

Além de atuar na internet, sobretudo na sociedade, um dos outros espaços essenciais que o coletivo *Ajunta Preta* executa atividades em prol da luta antirracista e nas instituições educacionais. Em contribuição da lei 10/639, tendo em vista sua efetivação nas escolas. Outro ponto, é que as instituições educacionais são bases essenciais na luta antirracista, pois é um espaço em potência para o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira. As ações do coletivo visam desconstruir o racismo, reconhecer a diversidade, fortalecer a identidade e a valorização étnica.

As atividades têm conteúdos didáticos, dinâmicos e diversos, a todo momento é baseado de acordo com a faixa etária do público. Os métodos utilizados são: roda de conversas e debates, palestras, mediação de leituras, cineclube, saraus, entre outras ações. Outro fator que contribuem os coletivos é na valorização da implementação de uma educação étnico racial; questionar o racismo presente na sociedade, o mito da democracia racial, para que não haja a ausência e o silêncio na esfera escolar da temática antirracista e nem um currículo eurocêntrico.

Conclui-se também que no quesito de formação e aprendizado, o coletivo *Ajunta Preta* vem numa perspectiva antirracista junto com a feminista. Há muitos desafios a serem enfrentados, exemplo este é a censura de alguns temas de sexualidade e racismo religioso.

OLHARES DOCENTES

PATRIMONIALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL – TO: RELAÇÕES DE PODER

Antonio Carlos F. Da Silva¹¹

Filho da sociedade portuense, buscaremos escrever sobre as relações de poder deste processo de Patrimonialização do Centro Histórico de Porto Nacional-TO, apontando as leis de preservação; indicando políticas públicas; mostrando o espaço geográfico de preservação; e questionando estas lacunas que não foram preservadas. Dentre estas lacunas, está a ausência do Antigo Pontal (onde surge a história do que hoje é Porto Nacional-TO), o qual não foi tombado ainda, sendo que o mesmo é de grande valia para a memória coletiva e individual da comunidade, uma vez que o monumento tombado gera uma maior solidez de proteção. Pontal seria então, uma resposta social e científica para a comunidade portuense?

Baseado em nossos estudos da matéria Ensino de Geografia Da África e Estudos Étnicos-Raciais, buscaremos entender a relativização e importância da lei 10.639/3 (Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares do ensino fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra no calendário escolar), para com a comunidade portuense, onde precisamos ocupar os espaços nas instituições, transpor as barreiras do preconceito e nas pesquisas agirmos de forma interseccional. É preciso um conhecimento sobre a temática racial e os temas afins, caso contrário ao invés de combater o racismo, pode-se reforçá-lo. Da mesma forma é importante se posicionar com autoafirmações, uma vez que racismo estrutural é marcado pela ausência da população negra no centro histórico. Sendo assim, as relações étnicas-raciais serão discutidas, cujo objetivo é resolver as dicotomias existentes.

Estes monumentos são os símbolos culturais da cidade e são de extrema importância, principalmente no âmbito cultural, por exemplo, o Antigo Pontal é formado por fazendas, quilombos, igrejas, praças, casarões e castelos, esses são apenas alguns exemplos de sítios no qual se constitui o Pontal. Por sua importância histórica, é preciso afirmar esta memória coletiva, concretizando o tombamento. Pontal deveria se tornar Patrimônio do Brasil, desta maneira percebemos a relação de poder, ao qual o mesmo estar de lado em relação a preservação.

¹¹ Licenciatura em História/UFT- Campus Porto Nacional. Professor de Educação Básica, Colégio Estadual DR. Pedro Ludovico Teixeira/ Porto Nacional-TO

Figura 1: Mosaico de Alguns dos principais monumentos do Centro Histórico de Porto Nacional-TO



Fonte: Dados da Pesquisa. **Nota:** Fotografia 2020. Antonio Carlos.

(1- Catedral Nossa Senhora das Mercês; 2- Seminário São José; 3- Caetanato; 4-Casa da Câmara ou Cadeia; 5-Casarão dos Maya e 6- Casarão dos Aires). São diversas as leis do tombamento nacional, estaduais e federais que buscam a valorização acerca das quais bens integram o patrimônio cultural brasileiro e estabelece normas de proteção a esse patrimônio. Urge, portanto, de uma educação patrimonial, não apenas para os proprietários do Centro Histórico, mas, toda sociedade portuense, valorizando o espaço onde habitam, passando de geração em geração o “valor arraigado de patrimônio”. Precisa ainda de iniciativas como: palestras, debates, conferências, seminários, disciplinas obrigatórias nas escolas de ensino nas séries iniciais sobre Educação Patrimonial ou mesmo divulgação “boca a boca” para melhor entendimento da sociedade. Há uma grande ineficácia da lei pelo poder público e infelizmente o Eurocentrismo se revigorou e revigora até os dias atuais, onde as relações de poder faz parte do meio social e recomenda-se neste modo estudos para regularizar esta ineficácia e outras medidas que possam contribuir para a preservação.

CONSCIÊNCIA NEGRA NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE PORTO NACIONAL – TO

Francislene Alves Bezerra¹²

O mês da Consciência Negra na Escola Família Agrícola de Porto Nacional – TO, ocorreu com várias atividades, sendo estas, planejadas pela equipe escolar, em especial ao grupo responsável pelas metas e ações do ano. As atividades visaram atuar nas mais diferentes áreas de conhecimento como: Biologia, História, Geografia, Português, Artes, Matemática, Ensino Religioso e demais áreas dispostas a atuar em concordância com o projeto.

Foram discutidas políticas públicas para negros, por exemplo as discussões sobre as cotas e demarcações de territórios quilombolas, juntamente com as dificuldades de autoafirmação entre a juventude negra, as dificuldades que jovens negros e quilombolas possuem para se manter nas universidades e uma breve explanação dos conflitos agrários envolvendo as comunidades quilombolas no estado do Tocantins.

Na sessão do Ensino Médio, a culminância do projeto ocorreu do dia 11 ao dia 15 de novembro, onde atividades que já vinham sendo desenvolvidas em sala de aula em conjunto com as matérias cotidianas foram expostas sendo elas: aulas sobre as similaridades genéticas entre as diversas raças, confecção de poesias e literatura de cordel, pinturas com a temática afro, confecção de cartazes sobre os movimento pan-africano e líderes e militantes negros no decorrer da história, Geografia da África, assim como atividades no projeto *Sim, Você Pode!* As músicas que foram tocadas no decorrer da semana na Rádio Campo Aberto foram voltadas para a temática, com cantores negros ou músicas que abordavam a temática e algumas refeições a serem servidas também foram de acordo com a culinária africana.

Na sessão do Ensino Fundamental, as programações ocorreram do dia 18 ao dia 22 de novembro, tivemos atividades com alunos durante a semana, atividades similares com a semana anterior. Na Terça feira, dia 19, ocorreu a exposição de uma entrevista na Radio Campo Aberto, devido pouca disponibilidade do entrevistado, a entrevista foi realizada via Watts zap e os áudios foram disponibilizados na Rádio Campo Aberto no horário do almoço. O entrevistado foi Cristian Ribas, advogado negro, reside em Palmas – TO, e pôde contribuir com falas relacionadas ao racismo e suas experiências como militante negro, experiências que vão desde o seu ingresso e trajetória na universidade no curso de Direito até a sua atuação como advogado e as mazelas sociais as quais a juventude negra está vulnerável.

¹² Professora de Geografia, na Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

No dia 20 de novembro, pela manhã, as servidoras Fernanda Ferreira, Francislene A. Bezerra e algumas estudantes do ensino médio foram para a *Comsaúde* para participar de uma atividade organizada pelo coletivo de Mulheres Negras de Porto Nacional, onde foi ministrada oficina de confecção da boneca Abayomi e Roda de conversas com a temática: O que é ser mulher negra na atual conjuntura política, social e econômica? encerramos com uma mística de doações das bonecas Abayomi. O evento terminou as 12:00hs com o almoço para todos os participantes. A noite foi realizada a exposição fílmica onde realizou uma explanação sobre como o cinema aborda as questões raciais. O filme exposto foi: Uma história de amor e fúria.

A realização das atividades voltadas para a consciência negra, foram bastante exitosas, houve ótima participação dos alunos. Pois atingimos a proposta de debater e refletir sobre as diferenças raciais e a importância de cada um no processo de construção de nosso país, estado e comunidade. Por isso, a atuação e desenvolvimento desse projeto sobre a cultura negra visou atender o exercício da cidadania e vivência dos valores, com a ferramenta necessária: a educação. Só assim para resistir as injustiças de num mundo formado por sociedades que usam o preconceito como instrumento das esferas de diferenças sociais. Dessa forma, ressaltamos que o resgate da herança africana, cuja história fora esquecida e ignorada ao longo do tempo precisa ser enfatizada pelas escolas.

Figura 1 - Escola Família Agrícola – Porto Nacional



Fonte: Francislene Alves Bezerra, 2018

O DILEMÁTICA SAGA DO ENSINO DE ÁFRICA E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM GEOGRAFIA

Priscila Silva Andrade Reis¹³

Como professora de Geografia que já trabalhou em escolas de periferia e escolas elitizadas, tive o desprazer de me deparar com situações estarrecedoras. Diretores ignorando o Dia da Consciência, proibindo o trabalho sobre a influência negra em nossa cultura e religião, proibição de roda de capoeira e até mesmo de ouvir que não iriam passar músicas de influência africana para os alunos, alunos pretos sofrendo racismo por colegas e até mesmo professores.

Figura 1



Fonte: Autora, 2019

Na foto vê-se um dos únicos trabalhos permitido no Dia da Consciência Negra em uma escola evangélica do município de Gurupi -TO, a maior parte dos alunos o ignorou, assim como a própria escola que mal forneceu material para produzi-lo. A outra apresentação permitida foi um desfile da “Beleza Negra” em que os alunos mais faziam chacota do que elevavam a autoestima dos participantes. Cheguei a presenciar professores se juntando a alunos para

¹³ Professora de Geografia no Ensino Fundamental, Rede Pública Estadual do Tocantins.

debocharem. Estava diante de uma gigantesca onda racista em pleno Dia da Consciência Negra. Situação triste e preocupante.

Presenciar aluno negro vindo do gueto querendo mostrar como era sua realidade e que sempre trabalhou para ajudar a família a sobreviver, sendo zombado por colegas e maltratado por outros professores por usar linguagem de periferia, tentar defendê-lo e ser repreendido até mesmo por colegas foi abominável.

Segundo os PCNs a escola tem influência marcante na formação moral e comportamental da criança. A escola deve incentivar a mudança de comportamento quando esse tem consequências desastrosas. Uma das funções da educação é fazer com que o indivíduo consiga viver em sociedade e seja um cidadão de bem. Com essas experiências anteriormente relatadas chegamos à conclusão de que a escola não tem cumprido com seu papel e nem obedecido às leis 10.639/03 e 11.645/08, e menos ainda tem buscado destituir comportamentos preconceituosos, racistas e discriminatórios que alteram a dignidade humana.

Em toda a BNCC do Ensino Fundamental, o racismo é tratado apenas nos 8º e 9º anos. No 8º ano aparece como o conteúdo “Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo” na disciplina de História, é tratado juntamente com o darwinismo, dando a impressão de que é para diminuir uma raça. Faz lembrar o darwinismo social que enfatiza a hierarquia entre sociedades, supondo que existem humanos superiores e humanos inferiores, e produziram uma escala de valores (brancos nas escalas superiores, e negros e indígenas nas inferiores). E no 9º ano o racismo aparece em forma de habilidade também em História: (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo. É extremamente insuficiente para conscientizar crianças e adolescentes da importância que o preto e a África têm na história mundial.

Analisando o Documento Curricular do Tocantins (DCT) acrescentaram o Racismo, sexismo e homofobia no estudo de Ensino Religioso no 9º ano falando de Coerência ética e Relacionamento social. Por isso, professores, que organizam os conteúdos e o tempo em sala de aula, precisam ter a decência de trabalhar na crítica ao mito da democracia racial, o respeito às diferenças, e colocar a África e os africanos como parte de nossa história e fazer um estudo real da África com os alunos.

Deve-se fazer uma política de pensamento afirmativo nas escolas, sair do currículo prescrito duro, que não fala de raça. Precisa-se reeducar as crianças, ninguém nasce racista, isto é ensinado. É imprescindível o ensinamento de um novo repertório que combata o racismo no ambiente escolar.

GRUPO DE CONSCIÊNCIA NEGRA DO TOCANTINS- GRUCONTO: CONTRIBUIÇÃO NAS ESCOLAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO.

Luciana Pereira¹⁴

Esse artigo trata-se de um relato sobre a trajetória do Grupo de Consciência Negra do Tocantins- GRUCONTO, baseado nos relatórios das ações e na minha própria experiência como militante do grupo. O Grupo originou-se a partir de conversas de um grupo de estudantes ligados a UFT/Campus de Porto Nacional -TO, militantes dos movimentos sociais e ativistas culturais. Sua fundação foi no dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra” de 1994 em uma celebração em estilo afro, na igreja católica de Taquaralto/Palmas/TO, e na visita à Comunidade Quilombola de Barra da Aroeira, no município de Santa Tereza- TO.

No início das suas atividades suas estratégias de mobilização eram apresentações culturais (dança, teatro, capoeira, música e exibições de filmes), que provocassem na sociedade o debate acerca das questões raciais, do negro e da Cultura afro-brasileira.

Motivados pela marcha dos “300 anos do Zumbi dos Palmares”, os membros montaram um grupo de teatro em Porto Nacional - TO. O espetáculo “Arena Canta Zumbi”, que foi apresentado nas escolas de vários municípios, sob a liderança do diretor de teatro e militante negro Jose Iramar.

Para atender essas demandas o GRUCONTO buscou parcerias com outras instituições. Dentre elas a Comunidade de Saúde, desenvolvimento e Educação - COMSAÚDE ONG existente em Porto Nacional, para dar suporte jurídico e legal e se filiou aos Agentes de Pastorais Negros do Brasil-APNS. Com o suporte dessas duas instituições foi possível provocar a discussão em grupos sociais organizados.

Em 2006, em parceria com o núcleo de estudos Afro-brasileiros- NEAB da UFT/Porto Nacional -TO, o GRUCONTO promoveu um curso de pós-graduação em História da África, baseado na Lei 10.639/03 para 120 professores da rede pública e municipal de Ensino validado pelo MEC- Ministério da Educação e Cultura.

Na data de 2009 O GRUCONTO organizou a Mostra Cultural Afro com a participação de todas as escolas da rede estadual, municipal e privada de Porto Nacional: Oficinas de arte, seminário, Mostra cultural, festa dos orixás e o lançamento de um DVD com o produto de tudo o que foi realizado nas escolas durante a Mostra.

No ano de 2012 foi assinado o termo de cooperação com a UNICEF para a realização da campanha “Infância sem Racismo em Porto nacional- TO”.

¹⁴ Luciana Pereira de Souza, Líder comunitária, militante do Gruconto, Educadora, mãe de Marília, Jonas, Lucas e Gabriel.

Como ação, foi desenvolvido o projeto “Paz e Bem: Jovens Cidadãos Participativos” celebrado entre o GRUCONTO/COMSAÚDE e a UNICEF, para desenvolver a campanha “Infância Sem Racismo” em escolas municipais estaduais de Porto Nacional - TO.

Figura 1) Reunião do Gruconto na cidade de Miranorte- TO



Fonte: Autora

A Convite das escolas, o grupo assessora rodas de conversas com alunos sobre: estética negra, violência contra as meninas negras, aborto e solidão das meninas negras, confecção da boneca Abayomi e penteados Afros. A Temática contra o racismo nas escolas é um desafio para educadores, pois vem acompanhado de relatos tristes dos alunos, que deixam marcas difícil de serem apagadas pela história¹⁵.

Aos 26 anos de existência, o GRUCONTO tem como prioridade oferecer suporte às escolas de Porto Nacional e municípios vizinhos através de: realização de simpósios, rodas de conversas sobre o enfrentamento ao racismo, com alunos e professores, formação para professores, orientações às escolas na elaboração de projetos de enfrentamento ao racismo, contribuição na construção do Projeto Político Pedagógico-PPP. Realização de Jornadas Pedagógicas de Capoeira nas escolas em especial nas escolas Municipais de Porto Nacional- TO. Promoção de debates, mostras de vídeos, danças, roda de capoeira nas comunidades nas escolas rurais de Porto Nacional - TO.

¹⁵ Para maiores detalhes ver, <https://www.facebook.com/Gruconto>